

Ata da Reunião Ordinária do mês de Maio do CEDM/PR

Aos doze dias do mês de maio de dois mil e vinte, às quatorze horas e cinco minutos em primeira chamada, por web conferência às quatorze horas e quinze minutos, em segunda chamada as 14h:30m. **Abertura** - a secretária executiva Jane Vasques, inicia a reunião dando as boas vindas a todas as conselheiras e faz a chamada inicial. **Conselheiros Representantes Governamentais:** Titular: Mara Sperandio -SEJUR/DGDM; Suplente: Tania Domingues Titular: Dineia Alves de Freitas -SETI, Titular: Silvia Helena de Castro - SEPL, Titular; Vanessa Alice SESP- Emanuele SESP - Jussara -SEAB; Titular: Kamila Conte Kunz - SEDU; Carla Aguiar -SESA **Conselheiros Representantes da Sociedade Civil:** Titular: Fabiane CRP; Maria Isabel Correa - UBM, Titular: Carmen Ribeiro - RFS; Eunice Teiko - CUT, Titular: Ivanete Paulino Xavier - Rede Mulheres Negras;, Titular: Rosalina Batista - ASSEMPA; Titular: Terezinha Possebom - HUMSOL, Suplente: Daniele Bittencourt Azevedo Perich, Titular: Isabele Candeloro Campoi; Titular: Tania Cristina - CIAF; Suplente: Marceli Camargo - CIAF. **Colaboradores e Convidados:** Janaína Placido MP; Suplente: Priscilla Dalmarco. - Secretaria da Educação e do Esporte, Silvana F. Farah - SEJUF/DGDM; Helena - OAB-PR. Inicia-se a reunião com as boas vindas da presidente Maria Isabel que fala da satisfação de encontrar a todas mesmo que de forma virtual e fala da importância desta época de pandemia ter a reunião mesmo que virtualmente, mas colocando a pauta em dia, a vice-presidente Mara Sperandio, se pronunciando com boas vindas e agradece a presença de todas as conselheiras **1. Apreciação e aprovação da pauta: Justificativa de Ausência: Joseli Collaço-SUDIS. 2. SESP- Violência Contra as Mulheres em Tempo de Pandemia - Ocorrência no estado do Funcionamento dos Serviços na Área da Segurança Pública, Delegacias IMLs, Bos;** A conselheira da SESP, Dra. Emanuele, inicia a fala informando que em Curitiba não houve nenhuma alteração nos atendimentos de violência doméstica na casa da mulher brasileira, salvo algumas exceções com a adequação no atendimento em prevenção ao COVID e passou-se a fazer o auto de constatação de lesões para priorizar que no pedido de medida protetiva os juízes já tenham uma previa nessas situações da lesão sofrida pela vítima, no Estado houve algumas adaptações de atendimento, mas que não implicaram em redução no atendimento e que apesar de haver um relato de que houve uma diminuição na procura da delegacia que infelizmente é a preocupação com a subnotificação que pode está ocorrendo. Em Curitiba particularmente, Não houve redução, manteve-se praticamente com um leve aumento na quantidade de flagrantes, que são essas situações que são conduzidas pela guarda ou pela polícia militar, que já é feita está análise no momento com o noticiado, na questão do IML, não cabe a ela falar desta parte, mas em estão com o atendimento emergencial em regra as lesões no caso de violência doméstica, não estão sendo feita no IML, nos estamos fazendo os autos de constatação provisória, feito em toda polícia civil por enquanto até ser feito uma padronização diferente, onde os investigadores fotografam a vítima com autorização dela, é

feito um documento com essas lesões atestando que a vítima apresentava no momento do atendimento aquela lesão, o boletim não teve alteração no atendimento, não houve aumento no número de boletins, mas existe a preocupação que talvez esta demanda não esteja chegando até a delegacia, mas está sendo feito o procedimento normal como era feito, e particularmente em Curitiba é feito o atendimento único da vítima para fazer todas as teses, a conselheira Maria Isabel se pronuncia e fala que só pra reforçar está sendo feito nas próprias delegacias, pois tiveram uma reunião com o chefe do IML Dr. André e que ele falou que seriam feitas fotos desde que com a anuência da vítima e desde que não as expusessem em questões vexatórias, que poderiam ser utilizadas em processos para que os processos não fiquem sem continuidade todos esses meses de pandemia, a outra questão que não foi colocada é com relação às mulheres detentas, se poderiam ser acelerados os processos de alguma maneira se elas pudessem sair sempre que possível sair com tornozeleira eletrônica em prisão domiciliar para evitar contágios, fala que foi recebido uma documentação bem completa em relação a isso que todas as normas estão sendo seguidas, ficamos bem felizes com esta informação e já parabenizamos que todas as normas estão sendo seguidas, a Dra. Emanuele, informa que desconhece esta documentação já que este documento não está ligado diretamente à polícia, fala que o que a polícia pode fazer é acelerar os inquéritos, as oitivas que podem ser feitas e se encontrem dentro da normativa que possa ser feito neste período e que com a ajuda do judiciário do MP, estão fazendo muita oitiva por telefone nas situações mais simples que não tenham muitos detalhes que não precisa da presença física para não expor estas testemunhas, essa agilização nos inquéritos, estamos tentando fazer constantemente, para possibilitar a denúncia a concessão de liberdade o que for necessário para as situações forem agilizadas, a presidente Maria Isabel, abre espaço para perguntas e a conselheira Carmen se pronuncia informando que não entendeu bem a situação em Curitiba e pergunta como está sendo feito em relação aos hospitais, a conselheira Emanuele, fala que houve um aumento nos flagrantes e que os hospitais que no caso da polícia o encaminhamento para laudo e para o IML, o mesmo na está neste momento fazendo os laudos de lesão em vítimas de violência doméstica, a delegacia já está fazendo este auto de constatação que é uma forma de resguardar a materialidade do crime nos inquéritos policiais e facilitar a análise pelo judiciário e pelo MP nas questões das medidas protetivas e reafirma que os números de B.Os não pode afirmar que houve aumento mas os números na situação de flagrante houve aumento e esta ausência de atendimento, está sendo minimizada com estes laudos de constatação que é uma forma de fazer uma pré prova caso depois não consiga documentar esta lesão de outra forma pela própria lei da Maria da Penha é possível esse abrandamento na exigência da prova na lesão a conselheira pergunta se este auto de constatação é feito na delegacia, a conselheira Emanuele afirma que os policiais com autorização da vítima fotografam a lesão, é um documento que o sistema permite fazer, ele se chama auto de constatação de lesão provisória, com dados da vítima com nome, idade, data do fato, nome do agressor e as fotos da lesão, este auto é assinado tanto pela vítima quanto pelo policial que está fazendo a constatação

da situação, a conselheira Carmen pergunta quanto a vítima que está no hospital, como o IML não está indo fazer junto a perícia, foi feito algum combinado com o hospital que aceitaria o prontuário da vítima ou qualquer outro procedimento deste tipo, finaliza-se as discussões desta pauta. **Pauta 3- SESA - Atendimento as Mulheres e a Pandemia no Paraná em toda sua Diversidade (interseccionalidade).** A conselheira do CEDM Carla Aguiar e a representante da SESA e a coordenadora Elaine Oliveira, apresentaram informações atualizadas de COVID-19 no Paraná, com base no Informe Epidemiológico Coronavírus (COVID-19) da SESA/PR, do dia 11 de maio de 2020, apresentação das Notas Orientativas, 9/2020, orientações às equipes e profissionais sobre a linha de cuidado materno infantil durante a emergência em saúde pública coronavírus COVID-19.29/2020, atendimento em puericultura.30/2020 e prevenção de violências e atenção às pessoas em situação de violência no contexto da pandemia de COVID-19 foi repassado informações sobre a nova Resolução Conjunta nº 003/2020 entre SESA/SESP e a situação do atendimento às mulheres em situação de violência sexual em meio a pandemia de COVID-19. informando que os serviços de saúde e municípios devem manter os atendimentos às pessoas em situação de violência conforme Nota Orientativa nº 30/2020. A coordenadora também informa que referente ao COVID 19 os 111 óbitos 59% são homens e feminino e que a média de idade de 45 a 78 anos e que a maioria tem comorbidades e fatores de risco, doença cardiovascular, diabetes e doença hepática crônica, informam que, conforme contato com Dr. André representante do IML, o mesmo informou que 90% dos peritos do IML têm mais de 60 anos e estão afastados do trabalho por fazer parte do grupo de risco. Perguntada sobre a taxa de letalidade do Paraná pela conselheira Giana, a coordenadora da SESA, explica que a taxa de letalidade no país é de 1% a 3%, e que o fator principal é a baixa testagem do momento e que há mais casos que são leves e não chegaram a óbitos que não foram testados, fala que o COE-Centro de Operação e Emergência em Saúde Pública, aumentará as testagens, que deste modo teremos o panorama epidemiológico do Estado. A conselheira Carmen fala sobre o fechamento das duas maternidades no bairro novo e Vitor Ferreira do Amaral, sendo direcionado o atendimento para o Hospital Evangélico Marteday, dificultando o deslocamento das pessoas e colocando-as em risco maior de adquirir o COVID e ressalta que no HC as gestantes perderam o direito a acompanhante perdendo o direito que as mulheres conquistaram, a coordenadora fala sobre o risco do acompanhante de adquirir a COVID19. A Presidente Maria Isabel pede força a SESA na questão do atendimento humanizado no parto. **Pauta 4 PLs (ALEP) - Violência de Gênero em Tempo de Pandemia.** A Presidente Maria Isabel fala sobre a PL assinada pela Deputada Luciana Rafagnin e Deputado Goura, ela enfatiza que todas as conselheiras já estão cientes do assunto, uma vez que, já foi discutido no grupo de whatsapp, a Presidente abre a palavra para a conselheira Dra. Emanuele da SESP, que se manifesta contrária a PL 280/2020, fala que sua preocupação é criar um número de whatsapp para denúncia e não ter pré-determinado quem ficará responsável por esses encaminhamentos, quem ficará responsável em entrar em contato e saber o que realmente esta

acontecendo, verificar se é uma situação de emergência ou não, para acionar a Polícia Militar ou a Guarda Municipal, e em relação ao projeto de lei 282/2020, que fala sobre a comunicação de violência familiar por intermédio dos atendentes em farmácias, se manifestou achar interessante, mas que deveria ser melhor pensado. Entre as discussões sobre os prós e contra as PL's, concordou-se em enviar ofício a ALEP aos Deputados e Deputada que assinam as PL's. A conselheira Carmen acorda e se voluntária a escrever a minuta do ofício. A Presidente Maria Isabel, fala que na questão das farmácias, teriam que ser treinados os funcionários e que isto sobrecarregaria neste momento de pandemia, acha inviável esta PL e quanto a PL da Deputada Luciana, acha interessante ter mais canais de denúncia, mas que precisa de uma Lei para isso e talvez uma linha direta com as Secretarias de Justiça e de Segurança Pública, que teria que ficar claro como seria atendido essas denúncias por whatsapp e quais órgãos fariam isto e que talvez fosse interessante a divulgação dos canais de denúncia através de cartazes chamativos.

5-Recurso para a Campanha de Divulgação dos Canais de Denúncia. A vice-presidente Mara Sperandio fala que tem no momento o valor de 15 mil reais e informa que este valor está disponível para materiais gráficos.

6-Informes do DGDM. A chefe do departamento DGDM e Vice-Presidente, fala que foi confeccionado cartilhas em parceria com a Secretaria Nacional contendo informações do COVID19 estas cartilhas serão enviadas a todo o Paraná através dos escritórios regionais e para todos os conselhos Municipais do Estado. O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) lançou uma nova cartilha para auxiliar as mulheres que estão em situação de violência doméstica e familiar. O material apresenta informações que vão desde conceitos básicos sobre o processo de violência, passa pelos impactos, legislação e também aborda o funcionamento da rede de proteção e atendimento. A cartilha, desenvolvida pela Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM), revela que, as mulheres em situação de violência possuem maior probabilidade de apresentar sintomas como baixa autoestima, transtorno de estresse pós-traumático e depressão. Por meio da cartilha, a SNPM destaca também que a violência doméstica e familiar atinge mulheres de todas as idades, níveis de escolaridade, classes sociais e etnias. "A nossa preocupação é com a subnotificação de ocorrência, principalmente em tempos que vítima e agressor estão lado a lado em tempo integral. Precisamos dizer às mulheres que a rede de atendimento segue à disposição, a leitura permitirá, ainda, a compreensão sobre alguns mitos que circulam para justificar atos de violência. Em um dos capítulos da cartilha, por exemplo, são abordados diversos motivos que explicam a permanência de algumas mulheres em relacionamentos violentos, como a dependência econômica, emocional e até o medo. As questões são apresentadas de forma didática, com exemplos que fazem parte do dia a dia de uma pessoa que vivencia situações de violência doméstica e familiar. "Para reduzir os impactos do isolamento social, que eleva o risco de violência doméstica, estamos trabalhando no fortalecimento da rede de enfrentamento à violência e na disseminação de informações úteis. Essa cartilha é um passo importante na batalha pela conscientização", esta cartilha e outra confeccionada pela SEJU/PR como a cartilha Alô vizinho que também

será publicizada no site do CEDM, www.cedm.pr.gov.br, a conselheira Mara fala que o CRAM está fazendo atendimento presencial e on-line em todo o Estado a mulheres vítimas de violência doméstica, informa também que o Botão do Pânico foi aprovado e está em trâmite no Tribunal de Justiça.

Informes Gerais. A Conselheira Mara fala sobre as três cartilhas que serão divulgadas via on-line para todos os municípios, também está fazendo distribuição de EPI's para família em situação de vulnerabilidade em Curitiba. A Presidente Maria Isabel fala que participará da reunião com a Secretaria Nacional da Mulher e que esta reunião terá como pauta as conferências.

Palavra das Conselheiras. A Presidente Maria Isabel agradece a presença de todas, fala como é bom se reunir apesar deste momento difícil que estamos passando, mas que o Conselho não pode parar por que temos pautas importantes a serem tratadas e que iremos ter as reuniões de forma on-line até isso tudo passar. Encerra-se a reunião após as referidas discussões e encaminhamento. A presente ata foi desgravada e redigida pela secretária executiva Jane Vasques, e depois de aprovada será publicada no DIOE e publicizada no site do CEDM/PR.